

**CONSELHEIRO MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI**

**PRIMEIRA CÂMARA DE 09/04/24**

**ITEM Nº136**

**PREFEITURA MUNICIPAL – CONTAS ANUAIS – PARECER**

**TC-004089.989.22-2**

**Prefeitura Municipal:** Álvares Machado.

**Exercício:** 2022.

**Prefeito:** Roger Fernandes Gasques.

**Advogados:** Aline Grazielle Freitas Cano (OAB/SP 351.475) e José Américo Lombardi (OAB/SP 107.319).

**Procurador(es) de Contas:** Rafael Neubern Demarchi Costa.

**Fiscalizada por:** UR-05.

**Fiscalização atual:** UR-05.

**EMENTA:** CONTAS DE PREFEITURA MUNICIPAL. CUMPRIMENTO DOS PRINCIPAIS ÍNDICES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS. DEFEITOS DE ORDEM FORMAL - PARECER FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DOS BALANÇOS. RECOMENDAÇÕES.

---

**RELATÓRIO**

Em exame as contas do PREFEITO MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO, referentes ao exercício de 2.022.

Conclusões do relatório de fiscalização elaborado pela Unidade Regional de Presidente Prudente – UR-05 (evento 42-68), consignaram os apontamentos abaixo relacionados.

**A.4. - FISCALIZAÇÕES ORDENADAS DO PERÍODO:**

- Pendências em relação à fiscalização ordenada de Resíduos Sólidos;
- Pendências em relação à fiscalização ordenada da Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares;

#### **A.5. - CONTROLE INTERNO:**

- Carência de fiscalizações de natureza operacional e de desempenho previstas na regulamentação das atividades do setor;
- Falhas nas análises dos dados constantes dos próprios relatórios, sem análises mais detalhadas do responsável pelo setor;
- Os relatórios não incluem tópico sobre o atendimento às recomendações deste Tribunal;
- O Sistema de Controle Interno não exerce as seguintes funções constitucionais/legais: constatar se está sendo satisfeito o limite para gastos totais da Câmara Municipal; e verificação da fidelidade funcional dos responsáveis por bens e valores públicos;

#### **B.1. - PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Plan/IEG-M):**

- No procedimento de validação do IEG-M, verificação de falhas que ensejaram retificações pela fiscalização, denotando falta de fidedignidade;
- Constatação de ocorrências indicando a necessidade de correções/melhorias nos seguintes assuntos: Diagnóstico; Orçamento; Gestão (Estrutura Administrativa), Controle e Avaliação (Sistema de Controle Interno) e Análises do Sistema AudeSP;
- As metas/indicadores utilizadas pela Prefeitura não trazem informações claras, suficientes e mensuráveis sobre o que o município pretende atingir e quais as prioridades da administração pública;
- A LOA prevê abertura de créditos adicionais por decreto em percentual acima da inflação;
- Não foi possível atestar a eficiência do diagnóstico e a adequação finalística dos programas previstos no PPA do Município; bem como se tornou inviável atestar a adequação do sistema de custos para a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

## **B.2. - ADEQUAÇÃO FISCAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Fiscal/IEG-M):**

- A Prefeitura não divulga a arrecadação das receitas em tempo real;
- Falta de instituição da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (CIP).

## **B.3. - EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (i-Educ/IEG-M):**

- O Município não cumpriu o piso salarial mensal dos professores de Creche, Pré-escola, Anos Iniciais e Anos Finais;
- Falta de atendimento pedagógico especializado (APE) na rede municipal de ensino aos alunos com necessidades especiais;
- Estrutura (que necessitavam de reparos) e inexistência de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB;
- A Prefeitura possui cinco veículos da frota escolar com mais de 10 anos de fabricação;
- Existência de mais de 10% do quadro de professores como temporários.

## **B.4. - EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SAÚDE (i-Saúde/IEG-M):**

- O município não possui controle de absenteísmo para as consultas e exames médicos da Atenção Básica e para as consultas médicas de Média Complexidade.
- A administração não possui estabelecimentos de saúde da rede própria com mamógrafos e equipamentos de ultrassom convencional;
- Existência de Unidades de saúde que necessitavam de reparos e falta de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB.

### **B.4.1. - GESTÃO DE CONSULTAS E EXAMES OFERTADOS PELO ESTADO:**

- Demanda Reprimida para a realização de exames e de consultas com médicos especialistas, prejudicando o atendimento à população, com consequente expansão dos gastos diante da falta de solução e de cuidados paliativos necessários até o diagnóstico e tratamento definitivos;

- A política pública de saúde não é devidamente desenhada e institucionalizada, dificultando a fiscalização pelos órgãos de controle do cumprimento das metas.

#### **B.4.2. - ESTRUTURA DAS UNIDADES DE SAÚDE:**

- Existência de rachaduras, infiltrações e vazamentos. na UBS Diogo Lopes Arques.

#### **B.5. - EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS (i-Amb/IEG-M):**

- O Município não possui cronograma de manutenção preventiva ou de substituição da frota municipal;
- Os servidores não realizaram treinamento específico, voltado para a área, em 2022;
- Inexistência de ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem;
- A Prefeitura não possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil;

#### **B.5.1. - ÁREA DE TRANSBORDO E TRIAGEM:**

- Resíduos sólidos fora dos containers, carcaças de veículos na área de Transbordo e presença de animais na área,
- Não existe monitoramento do aterro sanitário desativado;
- Antes de aterrar o lixo, a Prefeitura não realiza qualquer tipo de processamento de resíduos;
- O Município não definiu a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico;
- A área não conta com licença de operação válida da CETESB.

#### **B.6. - EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA (i-Cidade/IEG-M):**

- A Prefeitura não possui um estudo de avaliação atualizada da

segurança de todas as escolas e centros de saúde;

- Ausência de Plano de Contingência Municipal de Defesa Civil, bem como de estudo de avaliação atualizado da segurança das escolas e unidades de saúde.

#### **B.7. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (i-Gov TI/IEG-M)**

- A Prefeitura não dispõe de política de cópias de segurança (backup) formalmente instituída;
- Não houve a regulamentação da Lei de Acesso à Informação;
- Falta da avaliação (mapeamento) dos tipos de dados (assessment).

#### **C.1.1. - RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

- Déficit da Execução Orçamentária de 3,78%, amparado pelo superávit financeiro proveniente do exercício anterior;
- Elevadas alterações orçamentárias (67,05%) evidenciando falhas no planejamento;
- Abertura de créditos adicionais sem prévia autorização legislativa;
- Existência de decretos utilizados em duplicidade.

#### **C.1.5.2. - REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA:**

- Não houve pagamento de todos os requisitórios de baixa monta vencidos no exercício.

#### **C.1.9.1. - DESPESA DE PESSOAL:**

- Inclusões no cálculo das despesas com pessoal de dispêndios com à prestação de serviços contínuos, permanentes, e que deveriam ser desempenhados por servidores do quadro de pessoal.

#### **C.1.10. - DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS:**

- Cargos em comissão sem atribuições de direção, chefia e assessoramento;

- Cargos comissionados com formação incompatível para o seu provimento;
- Pagamento de horas extras sem justificativas claras, de forma habitual e continuada.

#### **D.1. - APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO:**

- Falha no registro dos empenhos com recursos do FUNDEB, prejudicando a apuração automática dos valores pelo Sistema AudeSP.

#### **E.1. - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A DA TRANSPARÊNCIA FISCAL:**

- A Prefeitura não regulamentou a Lei de Acesso à Informação;
- Falta de divulgação no Portal da Transparência das demonstrações financeiras, pareceres emitidos por esta Corte de Contas, atas de audiência pública, editais de licitação na modalidade Carta Convite e relatórios de saúde.

#### **E.2. - FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP**

- Divergências entre os dados informados pela origem e aqueles apurados no Sistema AudeSP/IEG-M.

#### **F.1. - PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS:**

- O município poderá não atingir várias metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

#### **E.2. - FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP:**

- Cumprimento parcial das recomendações deste E. Tribunal.

Após regular notificação (evento 53), a Prefeitura de Álvares Machado, por meio de seus procuradores, apresentou justificativas e documentos, devidamente analisados (evento 69).

Conforme parecer da **Unidade de Economia da Assessoria Técnica** o déficit orçamentário do período (3,78% - R\$ 4.030.225,18) amparou-se no superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 15.049.917,76), bem como as razões de defesa justificaram a falta de pagamento da quantia de R\$ 16.015,96, relativa aos requisitórios de baixa monta incidentes no período subsequente. Manifesta-se pela regularidade dos demonstrativos em apreço (evento 87.1).

**Assessoria Técnica Jurídica** destaca a regular aplicação de recursos no ensino e na saúde, a adequada liquidação de precatórios e encargos sociais, bem como gastos com pessoal abaixo do teto legal. Opina pela aprovação dos balanços em perspectiva, com recomendações (evento 87.2).











**Chefia de ATJ** perfilha o mesmo entendimento (evento 87.3).

**D. Ministério Público de Contas** recomenda a emissão de parecer desfavorável à aprovação dos balanços, à vista de deficiências na gestão qualitativa dos recursos públicos, da inadequada atuação do controle interno, das falhas no planejamento municipal, da fragilidade operacional das políticas públicas da educação e da saúde, do elevado percentual de alterações orçamentárias, da existência de cargos em comissão sem as características de direção, chefia e assessoramento e da existência de servidores comissionados que não possuíam nível universitário de escolaridade. Propõe recomendações (evento 93)











## SÍNTESE DO APURADO



ITENS	
CONTROLE INTERNO	Irregular
HOUE ADESAO AO PROGRAMA DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DA LEI COMPLEMENTAR Nº 178/2021?	Não
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício (déficit)	-3,78%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	15,41%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	Favorável
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	Favorável
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	Sim
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	Não
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	Sim
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	Prejudicado
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	Sim
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	42,14%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, I e III, da LRF?	Sim
ENSINO - Aplicação na Educação - artigo 212 da CF (limite mínimo de 25%)	28,14%
ENSINO - Recursos do Fundeb aplicados no exercício (limite mínimo de 90%)	100,3%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 10%) foi aplicada até 30/04 do exercício subsequente?	Prejudicado
ENSINO - Fundeb aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica (limite mínimo de 70%)	79,09%
ENSINO – Complementação da União VAAT ao Fundeb aplicada em despesas de capital no percentual mínimo de 15%?	Não se aplica
ENSINO – Complementação da União VAAT ao Fundeb aplicado em educação infantil conforme Indicador para Educação Infantil (IEI)?	Não se aplica
SAÚDE - Aplicação na Saúde (limite mínimo de 15%)	22,45%

Histórico de Apreciação das Contas Anuais									
2011	2012	2013	2014	2015	2017	2018	2019	2020	2021
									
Destaque – Três Últimos Exercícios									
2019	TC-004711.989.20-2	Parecer Favorável Segunda Câmara Relator: Conselheiro Renato Martins Costa DOE-TCESP 29 de março de 2.021 Trânsito em julgado em 12 de maio de 2.021							
2020	TC-003059.989.20-2	Parecer Favorável Primeira Câmara Relator: Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo DOE-TCESP de 25 de março de 2.022 Trânsito em julgado em 13 de maio de 2.022							
2021	TC-007042.989.20-2	Parecer Favorável Primeira Câmara							



Histórico de Apreciação das Contas Anuais									
2011	2012	2013	2014	2015	2017	2018	2019	2020	2021
									
Destaque – Três Últimos Exercícios									
				Relator: Conselheiro Antonio Roque Citadini DOE-TCESP de 29 de junho de 2.023 Trânsito em julgado em 10 de agosto de 2.023					

É o relatório.

GCMAB  
JMcF

**TC-004089.989.22-2**

**VOTO**

Título	Situação	Ref.
Aplicação no Ensino – CF, art. 212	28,14%	(25%)
FUNDEB – Lei federal nº 14.113/2020, art. 25, caput e §3º	100%	(90% - 100%)
Pessoal do Magistério – Lei Federal nº14.113/2020, ar.26, caput	79,09%	(70%)
Despesa com Pessoal – LRF, art. 20, III, “b”	42,14%	(54%)
Saúde – ADCT da CF, art. 77, III	22,45%	(15%)
Execução Orçamentária	Déficit – 3,78%	
Resultado Financeiro	Superávit R\$ 11.187.027,84	

DESCRIÇÃO	DADOS	ANO DE REFERÊNCIA
População <sup>1</sup>	25.078	2021
Densidade demográfica <sup>1</sup>	67,69 hab/km <sup>2</sup>	2010
Extensão territorial <sup>1</sup>	347,647 Km <sup>2</sup>	2022
Atividade econômica predominante <sup>2</sup>	Serviços	2020
Arrecadação Municipal <sup>3</sup>	R\$ 106.585.386,44	2022
Receita Corrente Líquida-RCL <sup>3</sup>	R\$ 102.959.619,37	2022

**Índice de Efetividade da Gestão Municipal**

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
IEG-M	C+	C+	C+	C+
i-Planejamento	C	C+	C	C
i-Fiscal	B	B	B	B
i-Educ	C+	C+	C+	C+
i-Saúde	B	B	C+	C
i-Amb	C	C	C	C
i-Cidade	C	C	C	C+
i-Gov-TI	C	C	B+	B+

<b>A</b>	<b>B+</b>	<b>B</b>	<b>C+</b>	<b>C</b>
Altamente Efetiva	Muito Efetiva	Efetiva	Em fase de adequação	Baixo nível de adequação

As peças que compõem o presente processo indicam o esborreado pagamento dos subsídios aos Agentes Políticos, fixados por meio da Lei Municipal nºs 2510/07. Não houve a concessão de Revisão Geral Anual e os Mandatários apresentaram as suas declarações de bens, nos termos da Lei Federal nº 8.429/92.

O ensino municipal mereceu aplicação de valor equivalente a 28,14% da receita resultante de impostos, acima do mínimo exigido pelo artigo 212 da Constituição Federal<sup>1</sup>.

Apurou-se a utilização de montante (R\$ 22.097.546,01) equivalente a 100% dos recursos do FUNDEB até o encerramento do exercício (2.022), nos termos do previsto no artigo 25, caput e §3º, da Lei Federal nº 14.113/2020<sup>2</sup>.

Demais, 79.09% dos recursos do fundo (R\$ 17.424.580,28) verteram-se à remuneração dos profissionais de educação básica, de acordo com o disposto nos artigos 212-A, XI<sup>3</sup>, da Constituição Federal e 26<sup>4</sup> da Lei Federal nº 14.113/2020.

Observou-se a manutenção da efetividade da gestão dos recursos do ensino “Em Fase de Adequação” (IEGM – I EDUC - 2.021 – Nota

---

<sup>1</sup> **Art. 212.** A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

<sup>2</sup> **Art. 25.** Os recursos dos Fundos, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, serão utilizados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas de manutenção e de desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, conforme disposto no artigo 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

**§ 3º** Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do artigo 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.

<sup>3</sup> **Art. 212-A.** Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do artigo 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

**XI** - proporção não inferior a 70% (setenta por cento) de cada fundo referido no inciso I do caput deste artigo, excluídos os recursos de que trata a alínea "c" do inciso V do caput deste artigo, será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, observado, em relação aos recursos previstos na alínea "b" do inciso V do caput deste artigo, o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) para despesas de capital; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

<sup>4</sup> **Art. 26.** Excluídos os recursos de que trata o inciso III do caput do art. 5º desta Lei, proporção não inferior a 70% (setenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos referidos no art. 1º desta Lei será destinada ao pagamento, em cada rede de ensino, da remuneração dos profissionais da educação básica em efetivo exercício.

“C+” e 2.022 – Nota “C+”). Neste Contexto, deve a origem, dentre outras, adequar os salários dos docentes ao piso salarial nacional dos professores, oferecer atendimento pedagógico especializado às crianças portadoras de deficiências, transtornos globais de desenvolvimento ou superdotação, providenciar Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros para todas as unidades de ensino, realizar os devidos reparos nas escolas e reduzir a quantidade de professores temporários.

Apurou-se direcionamento de 22,45% da receita de impostos à saúde, patamar superior ao mínimo exigido pelo inciso III do artigo 77 do ADCT<sup>5</sup>.

Além disso, notou-se queda da efetividade das políticas públicas da saúde (IEG-M - i-Saúde – 2021 Nota “C+” e 2.022 – Nota “C”). Nada obstante, recomendável à Prefeitura providenciar o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros para a totalidade dos estabelecimentos da saúde, controlar o absenteísmo para as consultas médicas, providenciar mamógrafos e equipamentos de ultrassom convencional e realizar os reparos nos prédios do setor e adotar medidas para conter a demanda reprimida para a realização de exames e de consultas com médicos especialistas.

O desempenho do município quanto à qualidade geral dos gastos e investimentos públicos aferidos pelo IEG-M manteve-se “em fase de adequação” (2.021 – Nota “C+” e 2.022 – Nota “C+” - Efetivo).

Nada obstante, imprescindível a administração promover ajustes voltados ao aprimoramento na condução das políticas públicas e à correção das deficiências registradas nos indicadores relativos ao i-Planejamento, i-Fiscal, i-Educ, i-Saúde, i-Cidade e i-Gov-TI, que emergiram do questionário aplicado à Administração Municipal

---

<sup>5</sup> **Art. 77.** Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:

III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.

Houve o recolhimento das importâncias devidas ao INSS, ao FGTS e ao PASEP, bem assim a Prefeitura não possuía acordos de parcelamento dos débitos previdenciários.

O Executivo promoveu repasses à Câmara em quantia (R\$ 2.079.725,26) correspondente a 3,36% da Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior (R\$ 61.848.385,06), aquém do limite (7%) imposto pelo inciso I do artigo 29-A da Constituição Federal<sup>6</sup>.

Arelada ao regime especial de pagamento de precatórios, a Administração quitou a integralidade do montante devido no exercício (R\$ 3.062.165,50), bem como liquidou os requisitórios de baixa monta incidentes no período (R\$ 675.500,03). Contudo deve a Administração registrar corretamente os montantes relativos à dívida judicial no Balanço Patrimonial.

A abertura de créditos adicionais em montante (R\$ 50.956.214,50) equivalente a 67,05% da despesa fixada inicial (R\$ 76.000.000,00) não comprometeu o equilíbrio das contas almejado pelo § 1º do artigo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal<sup>7</sup>, pois observado déficit orçamentário (3,78% - R\$ 4.030.225,18) totalmente amparado pelo resultado financeiro do exercício anterior (2.021 - R\$ 15.049.917,76).

Observaram-se, ainda, resultados financeiro (R\$ 11.187.027), econômico (R\$ 6.399.082,93) e patrimonial (61.448.052,70) positivos, a existência de recursos disponíveis para o pagamento da dívida flutuante, bem como retração de 12,80% da dívida consolidada. Contudo deve a

---

<sup>6</sup> **Art. 29-A.** O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população com até 100.000 (cem mil) habitantes;

<sup>7</sup> **Art. 1º** Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no [Capítulo II do Título VI da Constituição](#).

**§ 1º** A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidadas e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Administração incrementar a confecção das peças de planejamento, bem como observar a regra disposta no artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64<sup>8</sup>.

As despesas com pessoal e reflexos atingiram quantia (R\$ 43.093.806,47) correspondente a 42,14% da Receita Corrente Líquida (R\$ 102.264.609,73) no exercício, abaixo do limite de 54% previsto na alínea “b” do inciso III do artigo 20 da Lei Complementar nº 101/00<sup>9</sup>. No entanto, deve a origem restringir o pagamento de horas extras, que deverá ser devidamente justificado, ao limite previsto no artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho<sup>10</sup>.

Nestas circunstâncias, voto pela emissão de **parecer favorável** à aprovação das contas do PREFEITO DE ALVARES MACHADO relativas ao exercício de 2.022, nos termos do artigo 2º, inciso II da Lei Complementar nº 709/93 e do artigo 56, inciso II do Regimento Interno.

Recomende-se ao Executivo que:

- Corrija as pendências oriundas das Fiscalizações Ordenadas “Resíduos Sólidos” e “Educação Infraestrutura e Programas Suplementares”;
- Afaste as deficiências registradas no Controle Interno;
- Divulgue a arrecadação das receitas em tempo real;
- Adote medidas para a instituição da Contribuição para o Custeio de Iluminação Pública;
- Passe a monitorar o aterro sanitário desativado;
- Efetue o processamento dos resíduos antes de aterrar o lixo;

---

<sup>8</sup> **Art. 43.** A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

<sup>9</sup> **Art. 20.** A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

**b)** 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

<sup>10</sup> **Art. 59.** A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho



- Restrinja o pagamento de horas extras ao limite legal, justificando, de forma efetiva, a necessidade da sua contratação;
- Regule a Lei de Acesso à Informação;
- Divulgue no Portal da Transparência as demonstrações financeiras, os pareceres emitidos por este E. Tribunal, as atas das audiências públicas, os editais de licitação na modalidade Carta-Convite e os relatórios de saúde;
- Preste informações fidedignas ao Sistema Audesp;
- Aprimore as fases de planejamento e execução do orçamento;
- Corrija as diversas impropriedades apontadas pelo IEG-M sob as perspectivas Planejamento, Fiscal, Ensino, Saúde, Gestão Ambiental, Gestão de Proteção à Cidade e Tecnologia de Informação, conferindo maior efetividade aos serviços prestados pela Administração;
- Adote medidas voltadas ao cumprimento das metas propostas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS;
- Atente para as Instruções e recomendações deste Tribunal.

É O MEU VOTO.

GCMAB  
JMCF/05.03